



EDITORIAL:

Neste número o destaque é para as deliberações da Assembléia Geral da Plataforma que está fortalecida depois de algumas mudanças importantes e com três novas entidades filiadas. Fique de olho nos Grupos de Referência e inscreva sua entidade na vida ativa da rede. Repare também que foi inaugurada uma nova seção, chamada "Circulando". A proposta é que em cada edição se divulgue um tema trabalhado por entidades que compõem a Assembléia. Aqui a atenção se volta para o tema da desigualdade de gênero e raça/etnia. Vejam as notas !

NESTA EDIÇÃO

- :: Plataforma Dhesca Brasil: ONU responde a correspondência da Plataforma
- :: Plataforma Dhesca Brasil: Acompanhe as decisões da Assembléia Geral
- :: Circulando :O tema é "Mulheres e Desigualdades"
- :: Internacional: Assembléia da PIDHDD define metas para próximos anos
- :: Nacional: Quilombolas denunciam governo brasileiro por descaso

Divulgue suas ações nos próximos números. Opiniões e sugestões de texto podem ser enviadas para comunicacao@dhesca.org.br

PLATAFORMA DHESCA BRASIL

Assembléia elege nova coordenação e organiza Grupos de Referência

Durante os dois dias da Assembléia Geral da Plataforma, as entidades presentes deliberaram sobre várias questões que irão interferir tanto na realização dos projetos quanto na participação das próprias filiadas. A apresentação do avaliador e sociólogo Domingos Armani sobre o projeto "Relatorias Nacionais em Dhesca" apontou a necessidade do fortalecimento institucional da Plataforma, sua forma de atuação na sociedade e junto aos poderes públicos. Armani defendeu que as Relatorias devem ter uma face mais pública e maior contato com o sistema ONU e OEA, além de terem mais integralidade no olhar das missões e maior preocupação com o planejamento das mesmas. A discussão sobre o projeto ainda está em curso, mas será necessário chegar a um consenso antes da seleção dos novos relatores, no ano que vem. A Assembléia também decidiu que os dois principais projetos da Plataforma, o Monitoramento em Direitos Humanos e as Relatorias Nacionais, devem estar mais próximos e realizarem alguma atividade conjunta .

Também foram debatidos quatro pontos importantes para a Plataforma: uma política de comunicação mais eficaz, a eleição da nova coordenação, a inclusão de entidades membro e a organização de grupos de referência. Todas as entidades receberam o relato na íntegra de todas as discussões, e aqui destacamos as seguintes mudanças:

* **Nova coordenação:** permanecem Alexandre Ciconello (INESC), Darci Frigo (Terra de Direitos), Salomão Ximenes (Ação Educativa). Como foi aceita a proposta de reduzir a coordenação de 7 para 5 pessoas, a quarta vaga foi preenchida por Sandra Carvalho (Justiça Global). Para a quinta vaga está sendo feita uma discussão entre as entidades Rede Feminista de Saúde, Criola e Cfêmea.

* **Novas filiadas:** Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Centro Indigenista Missionário (CIMI) e Movimento de Educação de Base (MEB).

* **Grupos de referência:** tem o objetivo de democratizar as tomadas de decisão e permitir maior interferência das filiadas nos temas pertinentes para a Plataforma. O

formato que estes grupos assumirão ainda será discutido. Os temas e os componentes de cada GR são os seguintes:

I - Relatorias Nacionais em Dhesca: FASE, MNDH, POLIS, Terra de Direitos, SDDH, FIAN.

II - Formação em DH: CRIOLA, RFS, FALA PRETA, AÇÃO EDUCATIVA, CJP, MST, CIMI.

III - PNDH/indicadores em direitos humanos: INESC, FASE, Terra de Direitos, CENDHEC, ABRANDH, AGENDE, JUSTIÇA GLOBAL, CFEMEA,

IV - Projeto Monitoramento: FIAN, AÇÃO EDUCATIVA, AGENDE, SDDH.

V - Pdhdd e Iniciativa Mercosul: INESC, FASE, MSC, Polis, TD, CJP, Fala Preta

VI - Justiciabilidade e Exigibilidade: CIMI, SDDH, Abrandh, TD.

Inscriva-se no GR de interesse da sua entidade pelo email : ligiacardieri@gmail.com

Seminário sobre Direitos Humanos abre Assembléia da Plataforma

Na quinta-feira (21) a tarde, os participantes da Assembléia da Plataforma puderam conferir o Seminário "Os 20 Anos da Constituição Federal e os 60 Anos da Declaração Universal de Direitos Humanos". Foram organizadas duas mesas temáticas, sendo que a primeira tratou sobre "Modelos de Desenvolvimento e Direitos Humanos". O primeiro a falar foi o representante do MMA, Hamilton Pereira da Silva, que indagou: como a sociedade brasileira vai responder ao dilema preservar e desenvolver? Hamilton afirmou que o Brasil recusa esse dilema e por isso questiona a qualidade do progresso conquistado, quando deveria ter respostas mais maduras quanto a utilização dos recursos naturais. A outra debatedora do assunto foi a professora e relatora para o direito humano ao Meio Ambiente, Marijane Lisboa, que defendeu uma reavaliação no conceito de sustentável. A bandeira levantada por ela é a do Crescimento Zero, fazendo uma crítica radical, contundente e sem concessões aos projetos de desenvolvimento do governo.

A segunda mesa de debate tratou sobre a Conferência Nacional de Direitos Humanos, quando a chefe de gabinete da SEDH Larissa Beltramim explicou a divisão da conferência em eixos, com a definição de metas e de um plano com indicadores. Larissa apontou que o maior desafio será inserir o PNDH nos três poderes.

Você já participa da lista de discussão da Plataforma?

A criação da lista foi uma decisão aprovada por todo o coletivo durante a Assembléia Geral. A lista foi montada e podem participar apenas as entidades filiadas da Plataforma Dhesca Brasil. Caso você tenha tido algum problema para entrar no grupo, por favor entre em contato com o Gabriel, pelo e-mail secretariadhesc@yahoo.com.br

ONU responde a correspondência da Plataforma sobre Povo Truká

A secretaria executiva da Plataforma Dhesca Brasil recebeu, na semana passada, uma resposta da Relatoria da ONU para Questões Indígenas sobre uma denúncia feita pela rede quanto a execução de um líder indígena em Pernambuco. A Relatoria da ONU pede mais informações sobre a execução de Mozeni Araújo, líder do Povo Truká, executado no dia 23 de agosto e casos similares já ocorridos lá.

Agricultor e militante pela defesa de seu povo, Mozeni era a principal testemunha de outro crime cometido contra os Truká há três anos, quando outro líder e seu filho foram executados por quatro policiais militares. Neste ano Mozeni era candidato a vereador e representava a luta pela demarcação e homologação das terras dos Trukás e uma forte resistência contra grandes projetos desenvolvimentistas, como a transposição do rio São Francisco.

A Plataforma DhESCA Brasil, através de três de suas Relatorias, esteve na região do povo Truká, no município de Cabrobó em julho de 2006, em missão para investigar denúncias de violação dos direitos humanos. Já na época, os relatores da rede

denunciaram que o Povo Truká era vítima de constantes violações de direitos humanos e relataram ainda que “persiste a omissão estatal em relação aos povos indígenas, que se repete contra o Povo Truká, da mesma forma que acontece em outras regiões do País”.

Para o CIMI -Conselho Indigenista Missionário – que acompanha a comunidade desde a década de 80, durante esse tempo já ocorreram “torturas, seqüestros e assassinatos de indígenas, e em nenhum caso os responsáveis foram julgados e responsabilizados”, afirmou o secretário adjunto Saulo Feitosa.

Rede de Justiça Ambiental agradece apoio da Plataforma

A Secretaria Nacional da RBJA - Rede Brasileira de Justiça Ambiental – enviou um e-mail agradecendo o apoio quanto a assinatura da Nota Pública: “Desregulamentar para envenenar”, proposta pelo GT Químicos da RBJA. A Rede pretende reforçar a importância do trabalho de reavaliação da ANVISA e iniciar um debate junto a sociedade civil sobre as práticas das transnacionais, que vêm impondo o consumo sistemático de venenos na agricultura. Em 2007 o Brasil tornou-se o segundo maior consumidor mundial de agrotóxicos, atrás apenas dos Estados Unidos.

CIRCULANDO: MULHERES E DESIGUALDADES

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou a pesquisa mais recente sobre a desigualdade no Brasil, com relação a gênero e raça. Os números representam a triste realidade que as mulheres, principalmente as negras, enfrentam cotidianamente. Na Assembléia se questionou a pouca visibilidade que a Plataforma ainda dá às questões de gênero e raça/etnia.

Como forma de se difundir essas questões que perpassam todos os direitos humanos, e estimular o diálogo sobre alguns tabus na sociedade, separamos este espaço no informativo para apresentar algumas das notícias que recebemos.

Projeto Direito à Saúde da Mulher Negra

O projeto “Direito à Saúde da Mulher Negra”, realizado pela *Conectas Direitos Humanos* em parceria com o *Geledés - Instituto da Mulher Negra*, com o apoio da União Européia, tem como objetivo empoderar mulheres negras para o monitoramento das políticas públicas de saúde, de modo a combater a discriminação racial e de gênero nos serviços públicos de saúde e garantir um atendimento digno.

A partir da produção de um Manual de Referência em Direito à Saúde da Mulher Negra, o projeto capacitou mais de 100 mulheres (principalmente negras) da zona leste da cidade de São Paulo, dos bairros de São Mateus e Cidade Tiradentes, a respeito de seus direitos humanos, com enfoque especial em saúde, raça e gênero. Atualmente, está sendo criado um Centro de Direitos no bairro de São Mateus para servir como um espaço de capacitação continuada das mulheres, bem como de denúncia de discriminação racial nos serviços de saúde. As denúncias recebidas serão encaminhadas para a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e, ainda, formarão parte de um relatório a ser enviado para autoridades governamentais e organismos internacionais de proteção aos direitos humanos. *(Texto enviado por Bruna Angotti, da Conectas Direitos Humanos)*

Recado do CFEMEA

* O CFEMEA enviou um e-mail de agradecimento pela colaboração na assinatura da petição On-line pelo Não-Contingenciamento dos recursos do Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. A LDO 2009 garantiria a liberação integral dos recursos para o combate à violência contra as mulheres. Seiscentas pessoas e organizações assinaram a petição, mas o Governo Federal vetou

o dispositivo. O CFEMEA organizou um protesto ao veto presidencial. Vamos ficar atentos!

IPEA divulga pesquisa sobre desigualdade de gênero e raça

A SPM (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres), o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e o Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher) apresentaram os primeiros resultados da pesquisa "Retrato das desigualdades de gênero e raça". Os dados na íntegra estão no site do IPEA.

- Em 2003, o SUS foi responsável por 63,5% dos atendimentos e 69,3% das internações ocorridas no país. Quando se desagregam os dados por cor/raça, percebe-se que: para os brancos 54% dos atendimentos e 59% das internações foram cobertos pelo SUS; e para os negros as proporções foram de 76% e 81,3%, respectivamente.

- Em 2006, os homens recebiam, em média, R\$ 885,6 ao mês, enquanto as mulheres recebiam apenas R\$ 577. De forma ainda mais intensa, os negros recebiam cerca de metade do salário dos brancos, perfazendo R\$ 502,0 em média por mês, contra R\$ 986,5 dos brancos.

- Enquanto as mulheres brancas ganham, em média, 63% do que ganham homens brancos, as mulheres negras ganham 66% dos homens do mesmo grupo racial e apenas 32% do rendimento médio de homens brancos.

- Em 2006 14,5% da população branca situava-se abaixo da linha de pobreza, enquanto mais do dobro, ou 33,2%, da população negra encontrava-se na mesma situação de vulnerabilidade.

- No caso de indigência, a situação é ainda mais desigual: enquanto 4,5% dos brancos recebem menos de 1/4 de salário mínimo per capita por mês, esse percentual salta para 11,8% da população negra, quase três vezes mais na comparação com o grupo dos brancos.

Entidades da Plataforma que trabalham com o tema

* CRIOLA: www.criola.org.br

* Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: www.redesaude.org.br

* AGENDE: www.agende.org.br

* CFEMEA: www.cfemea.org.br

* Fala Preta

* MMC: www.mmcbrazil.com.br

* Geledes: www.geledes.org.br

INTERNACIONAL

Em Assunção: Alexandre Ciconello, Darci Frigo e Maria Elena Rodrigues foram os representantes da Plataforma Dhesca Brasil na Assembléia Geral da PIDHDD, ocorrida no Paraguai no final de agosto. No encontro foi aprovado um Plano Estratégico para nortear as ações da PIDHDD nos próximos anos e foram constituídos grupos de trabalho sobre temas especiais (como migrantes e justiciabilidade). Os países presentes perceberam elementos comuns entre as realidades apresentadas, principalmente quanto a consequência do projeto neoliberal em implantar grande obras de infra-estrutura, o que dificulta a efetivação de um projeto democrático e a afirmação dos direitos.

Um dos momentos marcantes foi um evento público, com a presença do presidente Fernando Lugo, onde o presidente da Comissão de Verdade e Justiça, Monseñor Mario Melanio Medina, apresentou o informe "Capítulo de Conclusiones y Recomendaciones sobre DDHH em Paraguay". O documento traz várias violações aos direitos humanos ocorridas entre 1954 e 2003, com dados sobre mortes, torturas, desaparecimentos políticos, exílio etc. Além de revelar informações antes

confidenciais, os brasileiros se emocionaram com os relatos de quem sobreviveu a todas as torturas causadas pela ditadura paraguaia. Assim que recebermos o relatório geral da Assembléia o texto será colocado no site da Plataforma.

Em Manágua: Entre os dias 14 a 16 de agosto, a Plataforma Dhesca Brasil participou de uma reunião da Plataforma Interamericana (PIDHDD) na Nicarágua, com a representação do Rodnei Jerico, do Geledes. Durante a reunião foram expostas as dificuldades de vários países em implantarem efetivamente os direitos previstos, mas ao mesmo tempo a possibilidade da PIDHDD ser um espaço para tratar estratégias de atuação conjunta, pela via política ou pela via jurídica. Foram traçados prazos e atividades a serem desenvolvidas. Assim que recebermos o relatório preparado pela coordenação da reunião, disponibilizaremos para todas as entidades.

* No início de setembro, a SEDH/PR realizou em Porto Alegre o 13º Encontro de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados (RAADH). Participaram do encontro representantes de dez países integrantes do Mercosul. Os participantes debateram a possibilidade de ser criado um fundo econômico oficial para financiar projetos destinados a preservar a memória das vítimas das últimas ditaduras militares. Durante o encontro também foi debatida a proposta de criar um banco de dados sobre direitos humanos existentes nos países do Mercosul e a possível criação de um Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul.

NACIONAL

Quilombolas denunciam governo brasileiro por descaso a suas comunidades

No início deste mês, 10 organizações quilombolas e 12 organizações não-governamentais registraram na Organização Internacional do Trabalho (OIT) o comunicado que avalia o governo brasileiro na aplicação da Convenção 169. Segundo o documento o estado brasileiro não vem promovendo a aplicação integral da Convenção, que diz respeito aos Povos Indígenas e Tribais e que garante os direitos das comunidades quilombolas. O comunicado também apresenta uma série de recomendações, entre elas: que o Estado Brasileiro aplique plenamente os artigos 1.2, 6º e 15 da C 169 da OIT; a providência dos processos de titulação dos territórios das comunidades quilombolas e a adoção de medidas para proteger a integridade dos seus territórios, antes e depois da titulação.

Comissão é formada para investigar a criminalização dos movimentos no RS

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos e o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana constituíram uma Comissão Especial que irá apurar as tentativas de criminalização dos movimentos sociais no RS. Participam desta comissão: OAB, representante da Liderança da Minoria da Câmara, MPF, Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça do Brasil; MDA; Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados; SEDH/ PR; Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos. Durante este mês acontecerá uma visita ao Rio Grande do Sul, onde a governadora do estado Yeda Crusius deve receber a Comissão.

Caucus Fórum Social Mundial

Na manhã que antecedeu a realização da Assembléia Geral, houve uma reunião de articulação das atividades de direitos humanos no Fórum Social Mundial, chamado de Caucus FSM. A pessoa que vem coordenando o diálogo entre o Brasil e os outros países interessados chama-se Rosa Sanchez (HDHRC).

A proposta é que organizações informem seus temas e a partir disso possam se organizar atividades conjuntas ou complementares sobre Direitos Humanos, criando

um espaço de convergência do tema ou, pelo menos, de divulgação comum. As entidades que irão participar do FSM e que irão realizar atividades no evento, podem ingressar nesse processo.

Conferência da Paz envia recomendação a STF sobre Raposa Serra do Sol

Dezesseis entidades reunidas durante a 4ª Conferência da Paz no Brasil, realizada no final de agosto em Brasília, aprovaram uma Moção em apoio às comunidades indígenas da Raposa Serra do Sol. Durante a Conferência, que tratou sobre o tema "Limite da propriedade da terra e sua função social – o uso sustentável dos recursos naturais", foi aprovado o envio de uma moção ao STF declarando apoio a manutenção da área indígena. Entre as entidades participantes, estavam as entidades da Plataforma: Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Brasileira de Justiça e Paz e Movimento de Educação de Base (MEB).

MONITORAMENTO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

* Será aberta nesta semana uma nova consulta sobre as organizações que irão participar da produção e coleta de informações para o Comitê Desc ONU. A partir do tema escolhido, cada entidade irá elaborar um documento com, no máximo, três páginas e duas recomendações centrais ao Comitê. Os temas são: impacto dos grandes projetos, populações indígenas, direito à alimentação, reforma agrária e direito à terra, criminalização e violência, populações carcerárias, direito à saúde e direito à cultura e questão racial. Acompanhe os prazos:

a) As organizações indicadas deverão enviar à secretaria do Projeto Monitoramento a atualização do tema estratégico até **final de outubro** de 2008.

b) A secretaria fará a sistematização do documento e encaminhará para tradução até 20 de novembro.

c) O documento atualizado será enviado ao Comitê até final de novembro de 2008.

Mais informações com Enéias da Rosa, pelo e-mail: secretaria.dhesc@gmail.com

RELATORIAS NACIONAIS EM DHESCA

* O Tribunal Latinoamericano da Água (TLA) julgou no último dia 12 uma sentença sobre as hidrelétricas do Rio Madeira. A Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, de Rondônia, foi a autora da petição que responsabiliza o Governo brasileiro e a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Sulamericana (IIRSA) por várias violações no processo. O Júri do Tribunal censurou o governo brasileiro pela intenção em construir as hidrelétricas no Complexo do Madeira e por ignorar os direitos indígenas. A sentença recomenda a suspensão de licenças ambientais. A Plataforma Dhesca Brasil já esteve no local numa missão da Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, em novembro de 2007. No documento a relatora Marijane Lisboa pedia a "imediata suspensão de quaisquer atos relativos ao licenciamento das usinas de Santo Antonio e Jirau".

* A Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação lançou no dia 30 de agosto o relatório sobre a situação do sistema educacional no Morro do Alemão. O lançamento foi na própria comunidade, que pôde relatar os conflitos evidenciados pelas operações policiais. A missão foi realizada em outubro do ano passado, quando a relatora Denise Carreira e a assessora Suelaine Carneiro investigaram denúncias sobre a "situação de emergência" em que se encontram as escolas.

* A Relatora Nacional para o Direito Humano à Moradia e Terra Urbana, Lúcia Moraes, participou de um Fórum do Canal Futura, onde foram discutidas as abordagens das questões urbanas nos programas produzidos e transmitidos pelo

canal. O evento contou com a participação de várias entidades da Região Sul e teve o papel de contribuir na formulação de formatos, temas e abordagens no Canal Futura.

* Recebemos um e-mail de um grupo de estudantes da Faculdade Cásper Líbero que estão escrevendo um livro-reportagem sobre o etanol. Os estudantes conheceram a Plataforma a partir do lançamento dos relatórios na Câmara dos Deputados, em agosto, e agora vão se aprofundar sobre o tema.

EXPEDIENTE

Secretária Executiva da Plataforma DhESCA Brasil

Lígia Cardieri: ligiacardieri@gmail.com

Secretário Assistente da Plataforma DhESCA Brasil

Gabriel Jamur Gomes: secretariadhesc@yahoo.com.br

Assessoria de Comunicação Social

Laura Bregenski Schühli (comunicacao@dhescbrasil.org.br)

Endereço : Secretaria Executiva da Plataforma DhESCA Brasil

Rua Des. Ermelino de Leão, 15, conj. 72 – Centro – CEP: 80410-230 – Curitiba/PR – Brasil

Tel: +55 (41) 3014-4651 - + 55 (41) 3232-4660

Mais informações sobre a Plataforma DHESCA Brasil acesse o site:

www.dhescbrasil.org.br